

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.698 - CE  
(2019/0172019-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : ANTONIA FARIAS DO NASCIMENTO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

**ANTONIA FARIAS DO NASCIMENTO** interpõe agravo contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que inadmitiu seu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da CF, ante o óbice da Súmula n. 83 do STJ.

Consta dos autos que a recorrente foi condenada à pena de 1 ano e 4 meses de reclusão, em regime aberto, substituída por uma restritiva de direito, pela prática do delito descrito no art. 171, § 3º, do Código Penal.

No especial, alega a agravante violação do art. 386, III, do Código de Processo Penal, por ser a conduta materialmente atípica, devendo ser aplicado o princípio da insignificância ao caso.

Sustenta, ainda, a inaplicabilidade da causa de aumento prevista no art. 171, § 3º, do Código Penal, sob o fundamento de que a empresa pública federal, ao promover o ressarcimento do cheque indevidamente compensado na conta corrente da vítima, atuou na condição de banco comercial comum e não como entidade de economia popular.

O Ministério Público Federal opinou pelo **não provimento do agravo**.

**Decido.**

O agravo é tempestivo e impugnou os fundamentos da inadmissão do recurso especial.

**I. Aplicação do princípio da insignificância**

O Tribunal *a quo* assim manteve a condenação da recorrente e afastou a aplicação do princípio da insignificância ao caso (fls. 208-210):

A recorrente ANTÔNIA FARIAS DO NASCIMENTO alega ser atípica a conduta a ela imputada, ao fundamento de que ínfimo o valor depositado em sua conta corrente.

Nesse sentido, argumenta que o prejuízo de R\$ 990.00 (novecentos e noventa reais) não teria impacto no patrimônio da instituição financeira lesada, a qual, no ano de 2016, teve lucro de cerca de quatro bilhões de reais.

Sustenta, ainda, não ter existido violação à integridade do patrimônio público, uma vez que a Caixa Econômica Federal não atuou, no caso concreto, como instituição executora de programas econômicos governamentais, mas como instituição financeira comum.

A despeito da inteligência da argumentação da defesa, o apelo não merece provimento.

A uma, porque o prejuízo suportado pela Caixa Econômica Federal, de R\$990,00 (novecentos e noventa reais), não pode ser considerado ínfimo.

É que a vantagem ilícita obtida pela apelante superou consideravelmente o valor do salário mínimo vigente à época do crime, o qual correspondia a R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais).

Dito isso, impende destacar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não admite a aplicação do princípio da insignificância, quando a lesão patrimonial equivale a mais de dez por cento do salário mínimo vigente à época da prática delitiva. Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

[...]

A duas, porque a Caixa Econômica Federal é instituto de economia popular, de sorte que o estelionato contra ela cometido, ainda que irrisório o prejuízo, é tido como conduta de grande desvalor, porquanto lesionados o patrimônio público, a moral administrativa e a fé pública, restando ofendida toda a coletividade.

**Não por outro motivo, a jurisprudência inadmite a aplicação do princípio da bagatela, quando o estelionato é cometido em detrimento de entidade de direito público, ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência, como ilustra o seguinte julgado:**

[...]

Nesse ponto, não prospera o argumento de que

descaracterizado, no caso concreto, o prejuízo ao patrimônio público, tendo em vista a atuação da Caixa Econômica Federal como instituição financeira comum, e não como executora de programas econômicos governamentais.

**É que, consoante entendimento consolidado na jurisprudência pátria, a Caixa Econômica Federal, conquanto seja empresa pública, isto é, pessoa jurídica de direito privado, é considerada instituto de economia popular, de sorte que a lesão ao seu patrimônio enseja a aplicação da causa especial de aumento de pena prevista no § 3º do art. 171 do Código Penal.**

[...]

Não há que se falar, portanto, em aplicação do princípio da insignificância.

Em relação ao princípio da insignificância, o aresto está em consonância com a jurisprudência desta Corte.

O reconhecimento da atipicidade material da conduta pressupõe: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

O estelionato cometido contra entidade de direito público, tal como a Caixa Econômica Federal, atenta contra o patrimônio público, moral administrativa e a fé pública, motivo pelo qual é maior a reprovabilidade da conduta.

Nesse sentido: "O princípio da insignificância 'não se aplica ao delito previsto no art. 171, § 3º, do Código Penal, uma vez que o prejuízo não se resume ao valor recebido indevidamente'(RHC n. **56.754/RS**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, 6ª T., DJe 12/5/2016).

Esta "Corte Superior é refratária à possibilidade de aplicação do princípio da insignificância ao crime de estelionato cometido em detrimento de entidade de direito público (art. 171, § 3º, do Código Penal), haja vista a maior reprovabilidade da conduta, que atenta contra o patrimônio público, a moral administrativa e a fé pública" (**AgRg no REsp n. 1335363/ES**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 25/3/2015).

Assim, não merece prosperar a irresignação defensiva no ponto.

**II. Causa de aumento de pena prevista no § 3º do art. 171 do Código Penal**

Assim o Tribunal *a quo* fundamentou a manutenção da referida causa de aumento de pena (fl. 210):

**Nesse ponto, impende ressaltar que o objetivo primeiro da Caixa Econômica Federal, empresa de capital fechado e cem por cento público, não é a obtenção de lucro, mas auxiliar a política de crédito do governo federal. A preservação de seu patrimônio, ausente de dúvidas, é interesse de toda a coletividade e justifica a aplicação da majorante prevista no § 3º do art. 171 do Código Penal.**

Não há que se falar, portanto, em aplicação do princípio da insignificância.

**III - DA CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO DE PENA PREVISTA NO § 3º DO ART. 171 DO CÓDIGO PENAL.**

Ainda com base no argumento de que a Caixa Econômica Federal teria atuado como instituição financeira comum, e não como executora de programas econômicos governamentais, a recorrente ANTÔNIA FARIAS DO NASCIMENTO pede o afastamento da causa de aumento de pena prevista no § 3º do Código Penal.

A matéria foi suficientemente examinada no tópico anterior, em que se discutiu a aplicação do princípio da insignificância, sendo, pois, desnecessário reproduzir a fundamentação já exposta neste voto, no sentido de que a lesão ao patrimônio da Caixa Econômica Federal enseja a aplicação da causa especial de aumento de pena prevista no § 3º do art. 171 do Código Penal.

Como se observa, a aplicação da causa de aumento justifica-se pelo fato de que o objetivo primeiro da Caixa Econômica não é a obtenção de lucro, mas o auxílio na política de crédito do governo federal, o que atrai interesse da coletividade, independente da seara em que tenha atuado.

Nesse sentido, também é o entendimento desta Corte:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. 1. ESTELIONATO. PREJUÍZOS À CAIXA ECONÔMICA**

FEDERAL. INSTITUTO DE ECONOMIA POPULAR. 2. RECURSO IMPROVIDO.

1. **Consoante entendimento consolidado nesta Corte, a Caixa Econômica Federal, conquanto seja empresa pública, vem sendo considerada instituto de economia popular, ensejando o tratamento diferenciado da qualificadora prevista no § 3º do art. 171 do Código Penal.**

Outrossim, a despeito da ampliação de suas operações financeiras e bancárias, a CEF possui como finalidade legal precípua prestar serviços essenciais à sociedade, promovendo a cidadania e o desenvolvimento sustentável do País, servindo "a direto interesse econômico do povo ou indeterminado número de pessoas" (HUNGRIA, N. Comentários ao Código Penal. Rio de Janeiro, 1958. v. 7, p. 258-261), com suporte à poupança popular.

2. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento. (**RHC 33.120/PR**, Rel. Ministro **Marco Aurélio Belizze**, 5ª T., DJe 20/11/2013)

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do Código de Processo Civil, c/c o art. 3º do Código de Processo Penal, e no art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**